

O LUGAR DA TEORIA-METODOLOGIA NA CULTURA HISTÓRICA¹

José Carlos Reis
Professor do Departamento
de História/UFMG
E-mail: jkrs@uol.com.br

RESUMO

É comum ouvir historiadores de prestígio emitirem opiniões desfavoráveis à epistemologia da história: “ninguém se torna um historiador sendo um metodólogo da história”. A Escola dos Annales expressou a sua desconfiança em relação à discussão teórico-metodológica, que considerava vazia, abstrata, e incitava os jovens historiadores a procurarem produzir pesquisas apenas sobre exemplos e fatos concretos. Este é o problema abordado nesse artigo: qual seria o valor e o alcance científico do debate epistemológico-metodológico para a cultura histórica? Pode um historiador ser considerado culto e competente sem nenhuma preparação teórico-metodológica? Pode um professor, mesmo do ensino fundamental e médio, ensinar história sem nenhuma bagagem teórico-metodológica? A epistemologia deve ficar restrita a alguns pequenos círculos eruditos ou deve envolver todos os membros da comunidade de historiadores? Contra o empirismo historiográfico, o autor defende o lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica.

Palavras chave: Teoria-metodologia da história, empirismo, positivismo, *Annales*, história-problema, verdade histórica, ensino de história.

ABSTRACT

Abstract: It's usual to hear prestigious historians emitting their unfavorable opinions about Epistemology of History: “nobody become a historian being just a methodologist of history”. The Annales School expressed its suspects about the theoretic and methodological discussion, thought as empty and abstract, and motivated young historians to realize researches only about examples and concrete facts. This is the point which this article talks about: which should be the value and the scientific reach of this epistemological and methodological debate to the historical culture? Can an historian be considered cult and competent without theoretic and methodological preparation? Can a professor, even of elementary or high school to teach history with no kind of theoretic or methodological approach? The epistemology must to be restricted to some little erudite circles or must to involve all the members of the community of historians? Against the historical empiricism the author defends the central place of theory and methodology in historical culture.

Key words: theory-methodology of history, empiricism, positivism, Annales, history of problems, truth, teaching of history.

¹ Conferência de Abertura do III Seminário de História e Cultura Histórica (Cultura Histórica e Ensino de História), promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, proferida em João Pessoa no dia 26/09/11.

É comum ouvir historiadores até mesmo de grande prestígio, como Evaldo Cabral de Mello, emitirem opiniões desfavoráveis à epistemologia da história e até um epistemólogo da estatura de Weber afirmar que é uma discussão que só se torna incontornável quando uma ciência entra em crise: ninguém se torna um historiador sendo um metodólogo da história. Os fundadores do grupo dos *Annales* também expressaram a sua desconfiança em relação à pertinência da discussão teórico-metodológica, que consideravam vazia, abstrata, e incitavam os jovens historiadores a procurarem produzir pesquisas apenas sobre exemplos e fatos concretos. O próprio Carlo Ginzburg, uma das mais importantes referências da teoria-metodologia da história contemporânea afirma, em “Relações de Força” (2000), que, hoje, “há distância entre a metodologia da história e o trabalho concreto dos historiadores”. E até historiadores-pedagogos de menor prestígio, com pobres e pragmáticos argumentos, também duvidam da importância da teoria-metodologia da história para os cursos de licenciatura em história. Para Pierre Channu, “a epistemologia é uma tentação que é preciso saber evitar”, devendo ser reservada a apenas alguns mestres. (Mello, 2008; Weber, 1992; Hartog, 2005; Ginzburg, 2000)

Este é o problema que vamos abordar nessa comunicação: qual seria o valor e o alcance científico do debate epistemológico-metodológico para a cultura histórica? A discussão teórico-metodológica é relevante? Pode um historiador ser considerado culto e competente sem nenhuma preparação teórico-metodológica? Pode um professor, mesmo do ensino fundamental e médio, ensinar história sem nenhuma bagagem teórico-metodológica? Existiria alguma obra histórica respeitável, inclusive as de Evaldo Cabral, de Weber, de Febvre, Bloch e Braudel, sem uma estrutura teórico-metodológica consistente e inovadora? Não estaria a importância das obras desses autores em suas revoluções e inovações teórico-metodológicas, no caráter paradigmático e inspirador que tiveram? A epistemologia deve ficar restrita a alguns pequenos círculos eruditos ou deve envolver todos os membros da comunidade de historiadores?

1. O VALOR E AS LIMITAÇÕES DO POSITIVISMO/EMPIRISMO HISTÓRICO.

Para os historiadores empiristas, o debate teórico-metodológico afasta o historiador do que deve realmente interessá-lo: os fatos, as fontes, a realidade do passado. Para eles, o historiador-teórico não poderia pretender ser um historiador, pois abandonou o canteiro de obras da história, os arquivos, os museus, as fontes primárias, e

ao pesquisar somente em bibliotecas, restringindo-se às obras impressas, tornou-se um filósofo, um literato, um ficcionista, enfim, um “fazendeiro do ar”. Segundo o famoso manual de Langlois e Seignobos, *Introdução aos Estudos Históricos* (1898), “a história se faz com documentos, onde não há documento não há história. Documentos são os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado”. A historiografia empirista se apóia sobre uma “memória arquivada”, sobre “inscrições”, sobre “marcas exteriores”, para proteger-se da contigüidade com a imaginação/ficção. O seu ponto de vista é “objetivante”: a lembrança é de uma experiência vivida localizada e datada. O testemunho diz: “eu estava lá, eu presenciei, eu vi”. A autópsia é o porto seguro do historiador empirista, obcecado com testemunhos oculares, local, data e horário, evidências exteriores, marcas, objetos, enfim, provas concretas. A sua utopia é ter assistido ele mesmo, com os seus próprios olhos, aos eventos de muitos anos atrás! A historiografia empirista se apóia primeiro na exterioridade espacial, no “onde” o evento ocorreu; depois, a documentação se refere à data, que revelará o “quando”: quando o testemunho esteve lá, foi antes, depois, durante, por quanto tempo? A data é um dado do tempo calendário, que é um sistema de datas extrínseco aos eventos. Todo evento se inscreve neste espaço-tempo exterior: local/data. O historiador que se equivocar em relação ao local e à data do evento, estará mergulhado na imaginação, no mito, na fábula. A organização cronológica, a sucessão rigorosa dos momentos que constituem um evento e dos eventos entre si, deve ser visível em uma documentação objetiva. Enfim, a historiografia empirista quer se lembrar de eventos concretos: individualidades, experiências reais, exteriores, determinadas, visíveis, perceptíveis, datadas. O discurso histórico empirista se aproxima do discurso policial e jurídico: sem dados exteriores, sem provas materiais, não há evento, não há problema a ser resolvido, não há história a ser contada. (Langlois e Seignobos, 1946; Ricoeur, 2003)

No positivismo, a cultura histórica encontra o seu núcleo duro na “crítica histórica”. Langlois e Seignobos repetem incessantemente em seu manual: “a crítica é contrária à marcha normal da inteligência. A tendência natural do homem é dar fé.” O historiador empirista luta contra o documento falso para fazer aparecer e mostrar o verdadeiro. A sua luta é contra a enganação, a fraude, a interpolação, a manipulação, erros involuntários, inexatidões, plágios, a propaganda ideológica, a censura. O seu argumento deve ser plausível, provável, abrindo o horizonte da “verdade objetiva”. O historiador deve assumir uma “atitude crítica”, que reúne credulidade e ceticismo. Ele

deve ser um “crédulo cético”! O historiador não pode ser crédulo, pois lida com homens, cujas paixões e inteligência os tornam sempre estratégicos, manipuladores, disfarçados, atores. A credulidade em história é proibida. O historiador não pode também ser cético, pois destruiria o testemunho, para provar que é sempre falso, e não teria mais material para trabalhar. A atitude crítica, primeiro, é crédula, deve receber a informação, acolher o documento; depois, cética, deve duvidar, desconfiar, suspeitar, e processá-lo, elaborá-lo. A confiança no documento não deve ser fundada na declaração de intenção do próprio documento, mas construída pela “dúvida metódica” do historiador. O historiador não dá a sua confiança ao documento, ele a elabora e a constrói objetivamente. A atitude crítica é tão essencial à historiografia que até abole a diferença tradicional entre “falso” e “verdadeiro”. Para o historiador empirista, hoje, até o documento falso traz uma informação objetiva sobre o assunto que está tratando. Todo documento é uma informação, um conteúdo do passado, e se os “falsos” fossem descartados, o historiador poderia ficar à míngua de provas. E, depois, foi falsificado por quê? A historiografia empirista, ao dar ênfase à exterioridade do vestígio, quer curar a memória e evitar que sofra abusos de lembrança e esquecimento. Ela suspeita dos testemunhos, coloca-os em crise, para restaurá-los pela crítica interna e externa e estabelecer uma narrativa verdadeira. (Langlois e Seignobos, 1946; Ricoeur, 2003; Furet, 1982)

Enfim, a historiografia empirista busca a verdade exterior, objetiva, o seu conteúdo são os testemunhos e as provas do passado. O testemunho ocular declara que esteve presente e pede que acreditem nele, é interrogado e avaliado, confrontado com outros, e só passará a valer se for aceito. Então, ele se torna um dado estável, reiterável, que pode ser reaberto e reavaliado por qualquer um. Ele se torna uma “memória arquivada”. O arquivo está lá, é um depósito, que reconhece, conserva e classifica a massa documental para consulta. É um lugar físico, que abriga a documentação, é uma instituição, um “lugar social”, que permite e interdita discursos. Ele não tem um destinatário designado, dirige-se ao público em geral, a quem sabe e quer ler. O historiador é um freqüentador especial, especializado, do arquivo. No arquivo, o texto é exterior, tem autonomia, o historiador é leitor, o documento é lido, consultado. Ele o visita porque tem de mostrar como pode afirmar o que afirma, pois a história empírica é pesquisa/investigação. Os materiais dos arquivos são disparates, exigindo a sua elaboração através de técnicas diferentes e sofisticadas. (Ricoeur, 2003)

Contudo, uma questão se impõe: até que ponto as fontes e testemunhos são confiáveis? A simples exterioridade das provas pode garantir que o evento ocorrido foi tal como elas o apresentam? Evidentemente, ninguém pode contestar que essa dimensão empírica é essencial à cultura histórica, ninguém pode seriamente descartar a importância da documentação e a força da postura positivista. Eles têm razão quando dizem: “vamos aos fatos, vamos às fontes, mãos à obra, sejamos objetivos, não dêem ouvidos à imaginação e à especulação”. Contudo, isto seria suficiente para uma “atitude crítica” mais lúcida, mais produtiva? Todo este esforço da prova documental, todo este trabalho de objetivação, pode garantir a “verdade histórica” ou até mesmo uma “verossimilhança histórica”?

Para nós, não, porque as fontes, além de não falarem por si mesmas, chegam ao presente arruinadas, fragmentadas, lacunares ou excessiva/estranhamente eloquentes. É o historiador quem vai ao arquivo com suas questões e as desenvolve apoiando-se nas fontes. Não há observação da documentação sem problemas e hipóteses. Os documentos só falam para confirmar ou não as hipóteses levantadas pelo sujeito da pesquisa. É a questão histórica que permite reconhecer, separar, triar, avaliar, a documentação. O documento não é dado, não vem em busca e não se impõe ao historiador. Este o procura e, claro, o encontra. A questão e a hipótese constituem a fonte, ou melhor, elas transformam a fonte em “prova”. Assim, o que pode ser provado não é o “evento tal como se passou”, mas a hipótese que o representa. Como problema e hipótese, a historiografia torna-se uma subjetividade em busca de informações sobre a experiência vivida. Para Ricoeur, a relação entre historiografia e memória é pendular: um ir e vir incessante do interior ao exterior, do exterior ao interior. O discurso histórico é proposicional: o historiador formula o enunciado “no Brasil colonial, os escravos eram negros e eram açoitados em pelourinhos” e busca e encontra as provas. Ricoeur distingue “fato”, que é o discurso, a coisa dita/escrita, do “evento”, o referente, a coisa da qual se fala/escreve. O passado é de eventos, que o testemunho viu, mas a historiografia é de fatos. Os “fatos da historiografia” podem se referir aos eventos e representá-los tais como foram? Eis a questão teórica da verdade documental: qual é a participação do sujeito na abordagem/tratamento/manipulação da documentação? Para nós, o historiador que formula essa questão assume a “atitude crítica” mais fecunda. (Ricoeur, 2003; Furet, 1982)

O livro de Marc Bloch, *“Apologia da História ou Ofício de historiador”*, representou

em sua época a atualização necessária e urgente da crítica documental. Durante as Guerras Mundiais, Bloch vivenciou o colapso do espírito crítico e o domínio da propaganda, a manipulação extremamente perigosa da documentação histórica para a justificação de ideologias violentas. Ele afirma ter vivido um retorno da Idade Média na Primeira Guerra Mundial, quando a censura impediu a menor informação escrita: foi o retorno de uma comunicação oral, que devolveu o ambiente medieval da crença, dos rumores, da contra-informação. Por isso, para ele, o historiador precisa manter-se “crítico”, isto é, o seu espírito deve organizar a pesquisa formulando problemas e hipóteses e apoiando-se em fontes primárias e secundárias de todos os tipos, criteriosa e rigorosamente criticadas. Ele propôs uma mudança de fontes, para garantir a segurança da informação. Ele prefere “dar ouvidos” a códigos, costumes, representações coletivas, normas sociais, involuntária e inconscientemente registrados e quantitativamente tratáveis. A crítica documental devia ser revista, transformada, para se tornar uma prática científica. Essa lição de Bloch continua atualíssima: “a investigação histórica admite, desde os primeiros passos, que o inquérito tenha já uma direção. De início, está o espírito. Nunca, em ciência alguma, foi fecunda a observação passiva, supondo, aliás, que seja possível.” Para Bloch, o historiador é um explorador, um experimentador, um construtor/elaborador/manipulador de documentos. A história é uma vitória da inteligência sobre os dados. Portanto, a questão crítica não é somente a da confiabilidade dos documentos e testemunhos (crítica externa e interna), mas sobretudo a da preparação/sofisticação/consistência do “espírito” que os recolhe e elabora. (Bloch, 1974; Furet, 1982)

2. O LUGAR DA TEORIA-METODOLOGIA É CENTRAL.

O meu livro *História & Teoria, Historicismo, Modernidade, Temporalidade, Verdade* (FGV, 2003) teve uma repercussão relativamente positiva entre os historiadores, que passaram a hostilizar menos o campo da discussão epistemológica. Ali, disse que os historiadores mais empiristas desconfiam da teoria da história porque acham que ela pertence a outra área do saber, a filosofia, e um “historiador digno deste nome” não deveria se envolver nos temas de uma outra área tão complexa. E, de fato, por um lado, têm razão: o historiador analisa e interpreta documentos de arquivos, museus, sítios arqueológicos, monumentos, edifícios e paisagens tombados pelo patrimônio histórico, lêem e interpretam textos, obras literárias, filosóficas, historiográficas, científicas, do

passado, e devem continuar a fazer o seu trabalho de forma cada vez mais aprofundada. Contudo, para ser competente na análise das fontes primárias e secundárias, ele precisa ter uma formação interna, lógico-teórica, epistemológica, axiológica, ético-política, e precisa conhecer profundamente a história da historiografia, pois afinal “analisa e interpreta, produz leituras e cria sentidos”. Onde já se viu uma ciência/saber sem discussão teórica, que tipo de formação será oferecida ao principiante e que avaliação poderá ser feita das novas produções pela comunidade de historiadores? E se a teoria fica acantonada na introdução da tese, o que terá sido feito na tese? A tese é uma construção, uma criação, uma obra. A teoria são as fundações, as vigas, as cintas, os pilares, as tubulações elétricas, eletrônicas, hidráulicas, enfim, a estrutura da obra, com seus pesos, materiais e formas. A discussão teórico-metodológica se dirige ao sujeito da pesquisa histórica, ao historiador, ao construtor que formula os problemas, seleciona as fontes, as elabora e obtém os resultados, com o objetivo de “cultivar a sua subjetividade”, tornando-os mais hábeis, mais eficientes, menos ingênuos, mais argutos, mais criativos, em sua sofisticada atividade. (Reis, 2003)

É verdade que a teoria da história dialoga intensamente com a filosofia, porque não pode ser reduzida a uma simples metodologia e nem a uma mera epistemologia. A teoria da história envolve questões ontológicas, éticas, políticas, estéticas, teológicas e não pode evitar o diálogo com os filósofos. A teoria da história se distingue da filosofia da história porque os historiadores, é claro, não querem, não podem e não devem se deixar tutelar por outra comunidade intelectual. Um historiador não pode fazer “filosofia da história”, porque precisa diferenciar e demarcar a sua identidade e o seu território de historiador. Ele faz “teoria da história”, assim como os sociólogos fazem “teoria sociológica” e os antropólogos fazem “teoria antropológica”. Mas, os três dependem fortemente dos filósofos. Quando o assunto é “pensamento”, não há como evitar os clássicos da filosofia e o diálogo das “teorias” das ciências humanas com a filosofia é intenso. É imensa a influência das filosofias da história kantiana, hegeliana, nietzschiana, marxiana, benjaminiana, foucaultiana, ricoeuriana, sobre as “teorias da história” dos últimos três séculos. E esta influência se estendeu às teorias sociológica e antropológica: Weber, Durkheim, Elias, Bourdieu, Lévi-Strauss são, de certa forma, “filósofos sociais”. E nem os economistas e psicanalistas escapam da influência da filosofia. Adam Smith era um economista-filósofo e Freud foi um médico-filósofo. Portanto, a distinção entre as duas formas de tratar o pensamento histórico é necessária, para que fique bem

demarcada a diferença dos sujeitos da pesquisa: o filósofo e o historiador. O historiador se “apropria” das idéias filosóficas, transformando-as e adaptando-as aos seus objetos. Em sua obra “A História”, Dosse recomenda aos filósofos a lerem os historiadores e aos historiadores a lerem os filósofos. Por isso, elevar um muro entre uma e outra, afirmar que uma não precisa dialogar com a outra ou, pior, que “uma é melhor do que a outra” é, no mínimo, uma ingratidão, ou melhor, um equívoco teórico. (Dosse, 2003b; Malerba, 2010)

Para nós, portanto, a teoria da história deve ser a oração vespertina de todo historiador, pois, há cerca de 2500 anos, a história existe em constante e saudável crise. Surgiu nos séculos V/IV aC como “obra escrita em prosa e assinada”, opondo-se ao mito, à lenda, ao poeta. Era um olhar novo, que buscava a verdade das mudanças humanas no tempo. Heródoto acreditava ser possível falar das coisas humanas, temporais, com verdade. Depois, a história se confundiu com a mitologia política, o historiador “investigava e pesquisava” para legitimar o poder romano. Depois, a história fundiu-se com a fé cristã, tornando-se o levantamento dos casos em que a Vontade de Deus se expressou. No século XVIII, apesar da busca da “história perfeita” dos séculos XVI/XVII, deixou-se dominar pela especulação filosófica e tornou-se uma metanarrativa especulativa, teleológica, utópica. No século XIX, quis outra vez romper com a intuição poética, com a retórica política, com a inspiração artística, com a fé, com a especulação filosófica, e inventou uma nova identidade, “ciência”, rendendo-se ao sucesso das ciências naturais, buscando fatos concretos, documentos, e procurando estabelecer impossíveis leis de desenvolvimento histórico. Nos séculos XIX e XX, a história deixou-se fascinar por Marx, Weber, Durkheim, e pretendeu tornar-se uma ciência social. No início do século XXI, essa identidade não a satisfaz plenamente e ela volta a se relacionar mais intimamente com a literatura, com a poesia, a psicanálise, o cinema, a publicidade, enfim, retorna a Homero. E tudo indica que, em futuro breve, ela vai se envolver com problemas genéticos, físico-químicos, neurocientíficos, ambientais e da eletrônica virtual. (Malerba, 2011)

Por estar sempre em crise, a historiografia exige do historiador uma “reflexividade radical”, o historiador é também um “pássaro de Minerva”. Para Bourdieu, não há oposição entre teoria e metodologia, pois as opções técnicas mais empíricas são inseparáveis das opções teóricas de construção do objeto. É em função de uma certa construção do objeto que tal método, tal técnica, se impõe; é em função de uma

teoria/hipótese que um dado pode funcionar como evidência. As fontes primárias não são provas em si mesmas, são construídas teoricamente por uma história-problema. Por um lado, a historiografia é feita de modo prático, não explícito, inspirada nos clássicos: “faça como eu”. O risco desta “historiografia prática” é tornar-se instrumento da sociedade para se legitimar, uma historiografia oficial, que faz o que todos fazem. Por outro lado, a historiografia é crítica, desafia os critérios correntes do rigor científico, desvencilha-se de encomendas burocráticas, dos problemas oficiais, o historiador torna-se sujeito dos seus problemas, o construtor da sua teoria. Ele pratica a dúvida radical e, de certa forma, põe-se fora da lei. O pré-construído está em toda parte, mas a construção do objeto exige a ruptura epistemológica com as representações compartilhadas. Para Bourdieu, o historiador deve praticar a dúvida radical, por em suspensão tudo que interiorizou como membro da sociedade e como historiador, para manter uma “reflexividade obsessiva”, porque uma prática científica que se esquece de se por a si mesma em causa não sabe o que faz. O que diriam os pedagogos se um teórico/filósofo/sociólogo tão importante como Pierre Bourdieu fosse ignorado na licenciatura em história? (Bourdieu, 1999)

Nós sustentamos, portanto, que a “atitude crítica” exigida ao historiador tem dois momentos inseparáveis, mas distinguíveis: 1º) a história é teoria; 2º) é rigorosa, criteriosa, crítica documental. Nós procuramos demonstrar a importância deste segundo momento na primeira parte desse artigo. Para demonstrar a importância do primeiro momento, devemos lembrar o ataque à história tradicional, epistemologicamente severo e consistente, que fez o sociólogo François Simiand em sua obra *“Método Histórico e Ciência Social”*, de 1903, republicada em 1960 na revista dos *Annales*. A história tradicional era um empirismo, que julgava fazer uma representação do passado exata, imparcial, não tendenciosa, não moralizadora, não literária, não anedótica. Mas, para Simiand, esta “fotografia do passado” pretendida pela história tradicional não é integral, automática. A história é teoria: há sempre escolha, triagem, um ponto de vista, hipóteses. A história tradicional reúne fatos dispersos, heterogêneos, colocando-os em ordem por reinados. Mas, os fatos sociais não se explicam pela ascensão e morte de reis, organizar os eventos por reinados é absurdo! A simples sucessão de datas não tem valor científico, é só um instrumento e não o trabalho da história. É como a ordem alfabética no dicionário, só isso. A ciência social é científica porque é teórica: formula problemas e hipóteses. Na pesquisa histórica científica, o problema é anterior às fontes, o espírito

antecede a heurística. O “historiador historizante” queria oferecer uma representação do passado sem pontos de vista, sem teoria abstrata, apoiado em documentação criticada e fiel aos fatos. Ilusão empirista! Não há registro fotográfico dos fatos, mas operação ativa do espírito. Não há constatação que já não seja uma escolha, uma perspectiva. O acúmulo de fatos não acrescenta nada à ciência social. O historiador colecionador deve ser superado, pois não é cientista. Era preciso libertar a história do historiador tradicional e fazer uma história que interessasse ao presente, uma “história teorizante”, problemática, e não uma “história historizante”, automática. (Simiand, 2003)

Os Annales aderiram radicalmente a este ponto de vista simiandiano e passaram a praticar uma história-problema. A melhor teoria do método histórico dos Annales foi feita por Marc Bloch, em seu clássico *“Apologia da história ou Ofício de historiador”*, já mencionado, fortemente influenciado por Simiand. A “história-problema” veio se opor ao caráter narrativo da história tradicional. A estrutura narrativa da história tradicional significava isto: narrar os eventos políticos, recolhidos nos próprios documentos, em sua ordem cronológica, em sua evolução linear e irreversível, “tal como se passaram”. A história-problema veio reconhecer a impossibilidade de narrar os fatos históricos “tal como se passaram”. Por ela, o historiador sabe que escolhe seus objetos no passado e que os interroga a partir do presente. Ele explicita a sua elaboração conceitual, pois não pretende se “apagar” na pesquisa, em nome da objetividade. Ao contrário, exatamente para ser mais objetivo, o historiador “aparece e confessa” seus pressupostos e conceitos, seus problemas e hipóteses, seus documentos e suas técnicas e as formas como as utilizou e, sobretudo, a partir de que lugar social e institucional ele fala. O historiador escolhe, seleciona, interroga, conceitua, analisa, sintetiza, conclui. Ele reconhece que não há história sem teoria. (Bloch, 1974; Certeau, 1982; Furet, 1982)

A pesquisa histórica é a resposta a problemas postos no seu início e a verificação das hipóteses-respostas possíveis. A partir da posição do problema o historiador distribui suas fontes, dá-lhes sentido e organiza as séries de dados que ele também terá construído. O texto histórico é o resultado de uma explícita e total construção teórica e não mais o resultado de uma narração objetivista/empirista de um processo exterior organizado em si. A organização da pesquisa é feita a partir do problema que a suscitou: este vai guiar na seleção dos documentos, na seleção e construção das séries de eventos relevantes para a verificação das hipóteses, cuja construção ele exigirá. Portanto, ao romper com a narração, a história tornou-se uma empresa teórica, que segue o caminho

de toda ciência: formula problemas e levanta hipóteses. Febvre a definiu como "estudo cientificamente conduzido" e não como "ciência", que lhe parece um termo que define resultados adquiridos e mais ou menos fixados. E, para ele, essa história conceitual, problematizante, analítica, é uma inquietação permanente, que repõe em causa, de forma racional e metódica, as "verdades tradicionais". Essa nova história reabre constantemente o passado em vez de reconstituí-lo definitivamente. Ela o retoma, o remaneja, o rediscute, estimulada pelas experiências do presente, que é sempre novo, e exige, para se pensar, a reabertura do passado. Febvre insiste: "pôr um problema é precisamente o começo e o fim de toda história. Sem problema, não há história, mas narrações, compilações... A história "cientificamente conduzida" realiza as duas operações que se encontram na base de todo trabalho científico: formular problemas e construir hipóteses". Febvre foi um resenhista de plantão, examinava cuidadosamente cada obra de história que saía, de forma rigorosa e às vezes injustamente severa. O que é uma boa resenha senão uma competente avaliação teórico-metodológica de uma obra nova ou clássica? (Febvre, 1965)

A história dos Annales era uma "nova história" porque era conduzida por construções teóricas elaboradas e explícitas. Foi por se tornar uma "empresa teórica" que ela se opôs à velha história dita positivista. O historiador mudou de posição e de disposição: se antes era proibido, em tese, de aparecer na pesquisa, o que é uma interdição impossível de ser cumprida, agora, ele é obrigado a aparecer e a explicitar a sua estrutura teórica, documental e técnica e o seu lugar social e institucional. A história tornou-se uma empresa racional de pesquisa, na qual o leitor tem condições de verificar por si mesmo os resultados, pois foi posto a par dos seus pressupostos, conhece os documentos e seus meios de processamento, e sabe o que o historiador quer demonstrar e onde ele quer chegar. A história deixou de ser intuitiva, fundamentada em *a priori* indemonstráveis e passou a ser "comunicável", criando as condições de uma "intersubjetividade", que não se confunde com a imposição de um consenso artificial. Mesmo na discordância dos pontos de vista e dos resultados das pesquisas, é possível o diálogo entre pesquisadores, pois cada um sabe o que o outro pretendia e o que ele conseguiu ou não conseguiu e o que deveria fazer para conseguir o que queria. A obtenção de resultados divergentes não é erro, mas uma informação nova. Um estudioso norte-americano da obra de Fernand Braudel, J. H. Hexter, considera a história-problema próxima da Matemática - tem a elegância de uma "demonstração". (Hexter, 1972. In:

Reis, 2008)

A história-problema só foi possível porque os *Annales* passaram do fato histórico "bruto" ao fato histórico "construído". A história tradicional considerava os fatos como já presentes nos documentos. Era a crítica do documento, a sua restituição à autenticidade externa e interna e sua disposição em uma ordem cronológica, que faria "naturalmente" brotar fatos. O historiador, para Febvre, não poderia continuar a fazer a história ensinada pelos "vencidos de 70". Não poderia continuar a se reduzir a colecionador de dados: "dê-nos uma história não automática, mas problemática". Assim, o historiador compreenderá a história e fará compreendê-la os seus contemporâneos, trará elementos para a solução dos problemas de seu tempo. Assim como o fato não é "dado", o passado também não é "dado": o passado e o fato histórico "dados" não engendram o historiador e a história, mas é o historiador em seu presente que reabre o passado e constrói os dados necessários, a partir dos documentos, à prova de suas hipóteses, que responderiam aos problemas postos, ligados à sua experiência do presente. (Febvre, 1965)

Para Febvre, o realismo "positivista" é uma impossibilidade. Nenhum pesquisador manipula dados "brutos", mesmo aqueles que desejam fazê-lo. Os ditos positivistas têm um respeito supersticioso pelo fato, alimentam um tipo de fetichismo do fato, mas estes são construídos sempre, mesmo se os empiristas não se dêem conta disso. Na "nova história" dos *Annales* essa construção do fato pelo historiador é admitida explicitamente, o que faz com que não sejam construídos implicitamente, inocentemente. Aqui, a realidade histórica é apreendida pelas formas do espírito, não através de *a priori* verificáveis, comunicáveis, intuitivos, mas através de problemas e hipóteses, através de conceitos, que devem ser verificados pela documentação rigorosamente criticada. Conduzida por problemas, Febvre propôs a ampliação do "arquivo do historiador". A história, para ele, pode ser feita com todos os documentos que são vestígios da passagem do homem. O historiador não pode se resignar diante de lacunas na informação e deve procurar preenchê-las. Para isto, usará os documentos não só de arquivos, mas também um poema, um quadro, um drama, estatísticas, materiais arqueológicos. O historiador tem como tarefa vencer o esquecimento, preencher os silêncios, recuperar as palavras, a expressão vencida pelo tempo. (Febvre, 1965)

Antes, somente a História Antiga não se submetia à tirania do documento escrito e utilizava os achados da arqueologia. Mas a História Medieval e, sobretudo, a Moderna,

só se explicava através de textos. Segundo Febvre, o historiador ignorava a realidade econômica que sacudia a sociedade, não sabia ler documentos estatísticos, jurídicos, não conhecia os temas econômicos, como a moeda, o câmbio, o sistema financeiro. Limitava-se a conhecer datas, lugares e nomes de indivíduos. A partir desse domínio do documento escrito, até se dividiu a história em uma pré-história, que Febvre considera uma noção ridícula. Só porque não havia documentos escritos? Mas o pesquisador que estuda a difusão de tal cerâmica neolítica faz história exatamente como aquele que trabalha com uma fonte estatística moderna. Ambos procuram conhecer as manifestações do gênero inventivo da humanidade, que, se são diferentes na forma, não são diferentes em "engenhosidade". Essa abertura e ampliação do campo das fontes históricas estão inteiramente associadas ao projeto da "história-problema", pois não há mais a tirania da heurística. É o problema posto que dará a direção para o acesso e construção dos *corpus* necessários à verificação das hipóteses que ele terá suscitado, o que devolve ao historiador a liberdade na exploração do material empírico. (Aymard (1972). In: Reis, 2008)

Para Michel de Certeau, seguindo a orientação neonietzschiana de Foucault, o historiador quando faz história é um olhar que olha e sabe de onde olha e o que olha! Ele sabe que seleciona, constrói, defende posições e interesses, propõe ou reproduz um "regime de verdade". E sabe que o universal e o global são uma impossibilidade cognitiva. A história é uma fabricação do historiador a partir de um lugar particular. A verdade histórica não se refere a um além filosófico, exterior a um lugar-tempo determinado. Este lugar-tempo é uma sociedade, uma política, uma instituição. A pesquisa histórica é uma prática enredada nesses lugares. A história é uma atividade humana entre outras e faz parte da realidade social que ela trata. Este mundo social previu instituições em que se poderia praticar a história, instituições que estão conectadas às redes de poder que constituem uma realidade social determinada. Toda idéia emerge de um lugar; o gesto de historiador é aquele que leva as idéias ao seu lugar. A pesquisa histórica não é sem raízes e âncoras, não desce do céu à terra, é a combinação de um lugar social com práticas científicas. Ela supõe uma instituição: uma profissão, postos, grupos, pressões, subserviências, privilégios, interesses. O historiador é fabricado, moldado, esculpido, plasmado por inúmeras coerções e prêmios, pressões e reconhecimentos, fracassos e sucessos. Pouco a pouco, ele aprende as regras, a hierarquia, a linguagem, as referências e contra-referências, o jogo da sua atividade. O

conhecimento histórico não é e nem pretende ser isento ou expressar alguma universalidade. A obra histórica tem a marca da época e da instituição da qual ela emerge. A obra histórica emerge e retorna a uma “comunidade científica”, que a recebe ou a proíbe ou se silencia. A obra histórica não é individual, mas institucional. A instituição define linguagens, doutrinas, disciplinas, rituais de verdade, cargos e posições, hierarquias, títulos, privilégios. (Certeau, 1982; Foucault, 1979)

Assim, o historiador sabe que a “verdade histórica” não pode ser um discurso sobre o atemporal. A teoria com a qual o historiador trabalha não se refere a um não lugar-tempo. Ao contrário, ligada à prática, “teorizar” é levar as idéias ao seu lugar. Para ser “objetivo e confiável”, o historiador precisa explicitar a sua relação com a particularidade do seu lugar. A teoria não universaliza mais o particular, revela desde já a sua raiz particular insuprimível. No máximo, os historiadores usam o “nós” para pedir a garantia e o aval da sua comunidade e instituição para o seu discurso particular e que, mesmo com este aval e garantia, continua particular. A obra histórica é percebida como relativa à estrutura da sociedade, nenhuma obra é exterior à sociedade. Febvre só pôde criticar Seignobos porque a sua história era relativa a outra sociedade e não porque oferecia uma verdade mais universal. É preciso saber como funciona a história em uma sociedade para saber o que ela diz. O discurso universalizante, que visa uma “verdade mais ampla”, é ideológico porque suprime a particularidade. A “verdade histórica” é teórica neste sentido: procura explicitar a sua origem, controlar a sua base subjetiva, definir quem fala e para quem fala, assumindo uma relatividade e, ao mesmo tempo, procurando superá-la assumindo-a, explicitando-a, tornando-a objetiva e controlável. Mas, jamais universal. (Certeau, 1982)

Contudo, os *Annales*, apesar de praticarem a história-problema, contraditoriamente, foram hostis à discussão teórico-metodológica e prestaram um desserviço à historiografia ao separarem a pesquisa histórica da teoria da história. Este, talvez, tenha sido o principal “defeito” da Escola dos *Annales*: o afastamento da história da “discussão alemã sobre a história”, excluindo alguns importantes teóricos da história na França como Berr, Aron, Marrou, Ricoeur, Dosse. É estranho que tenham acolhido tão bem Michel de Certeau e François Hartog. Este ataque dos *Annales* à teoria da história surpreende por ser tão contraditório, pois a maior herança que deixaram foi teórico-metodológica, o que os tornou tão inovadores e tão importantes para a historiografia contemporânea foi a sua história-problema, a história estrutural, a reconstrução da

temporalidade histórica, a interdisciplinaridade. Contudo, para François Hartog, nos últimos 20 anos, “l’histoire est tentée par l’epistemologie”, ela teria entrado em sua fase epistemológica e assumido uma “atitude mais reflexiva”. Houve uma aproximação dos termos “epistemologia” e “historiografia”, evitando-se a epistemologia dura, distante e abstrata, e evitando-se também uma historiografia internalista, uma espécie de obituário da profissão, para ser atenta aos conceitos e contextos, tornando-se uma “epistemologia histórica” ou uma “historiografia epistemológica”. O tempo presente é de crises e incertezas, o presentismo atual fecha o futuro e visita compulsivamente o passado, a história precisa redefinir seus projetos e suas práticas, para responder ao abandono dos grandes paradigmas. (Hartog, 2005; Dosse, 2003; Burke, 1992)

Hoje, em 2011, a discussão teórica está na ordem do dia em novas revistas, em novas instituições, em novos autores e de forma interdisciplinar, reunindo, como no início do século XX, filósofos, sociólogos, historiadores, antropólogos, teóricos da literatura. No exterior, em revistas como *History and Theory*, *Rethinking History*, *The Journal of Theory and Practice*, *Contributions to the History of Concepts*, *Intellectual History Newsletter*, *Philosophy of History Archive*, *Left History*, *Quaderni Storici*; em instituições como *Wesleyan University*, *York University*, *Institut d’histoire du Temps Present*, *University of Cambridge*, *University of Oxford*, *University of California*, *Universidade de Bochum*, *Universidade de Bielefeld*, *Universidade de Gronigen*; em historiadores, sociólogos e filósofos como Ginzburg, Elias, Hartog, Chartier, Ankersmit, Rüsen, Koselleck, Habermas, Ricoeur. No Brasil, em revistas como *Varia Historia*, *Topoi*, *Tempo*, *Anos 90*, *Estudos Históricos*, *Revista Brasileira de História*, *Síntese-Nova Fase*, *História*, *Pós-História*, *Locus* e revistas eletrônicas como *História da Historiografia*, *Saeculum*, *Fênix*, *Cantareira*; em instituições como PUC-RJ, PUC-RS, UNICAMP, UNESP, UFRGS, UFRJ, UFF, UFMG, UFPB, ICHS-UFOP, UFU; em historiadores, sociólogos, teóricos da literatura e filósofos como Ciro Cardoso, Jurandir Malerba, Hélio Rebelo, Margareth Rago, Edgar de Decca, Durval Albuquerque Jr, Manoel Salgado, Astor Diehl, Luis Costa Lima, João Adolfo Hansen, João Paulo Rouanet, Roberto Machado, Marilena Chauí, e outros, que o leitor conhece e deve acrescentar. (Reis. In: Malerba, 2010)

Para nós, Henri Berr tinha razão: “sem teoria não há ciência e isto vale para a história”. Sem a sua teoria da história, aliada à dos durkheimianos, não teria ocorrido a “revolução francesa na historiografia” (Burke). Sem a teoria marxisto-frankfurtiana-thompsoniana, sem a genealogia nietzschiano-foucaultiana, sem o “*linguistic turn*”

americano, sem a *mise-en-intrigue* ricoeuriana, sem a história dos conceitos e os conceitos formais da temporalidade koselleckiana, sem a teoria do poder simbólico, de Bourdieu, sem o configuracionismo sociológico e o processo civilizador, de Elias, sem o jogo de escalas, de Ginzburg, Levi e Revel, onde estaria a historiografia, hoje, no mundo pós-Annales? A história sempre manteve ou teve de mudar os seus “programas de pesquisa” (paradigmas) seguindo as inovações teóricas oriundas de obras exteriores ao campo historiográfico. A historiografia sempre andou a reboque em matéria de teoria-metodologia! Quando irá reconhecer a sua dívida e acolher e dialogar calma e serenamente, sem medo e sem ressentimento, com filósofos, psicanalistas, antropólogos, teóricos da literatura, sociólogos e até físicos, biólogos e matemáticos? (Reis. In: Malerba, 2010)

Recentemente, as obras de um filósofo, Paul Ricoeur, estimularam uma radicalização da reflexão teórica sobre a história. Desde *História e Verdade*, de 1955, até as suas grandes obras mais recentes, *Tempo e Narrativa* (1983/85) e *A História, A Memória, O Esquecimento* (2000), Ricoeur faz uma defesa radical da discussão teórico-metodológica para a historiografia. Para ele, a credibilidade da operação historiográfica não se resolve apenas na dimensão epistemológica, pois a epistemologia da história se apóia em algo mais profundo, em uma ontologia histórica: a condição humana, que é ser no tempo. A hermenêutica histórica se funda em uma hermenêutica ontológica. Fazemos história e lemos/discutimos o passado porque somos históricos, a própria historiografia tem a sua historicidade. A dimensão ontológica é tão essencial que, para Heidegger, a rigor, a historicidade como “inquietação com a finitude” (*souci do Dasein*) é incompatível com a sua objetivação pela historiografia. A condição histórica não é um objeto possível da ciência, é inenarrável, a sua objetivação é impossível. O filósofo critica o uso instrumental da experiência vivida, como coisa dada e manipulável, que o historiador faz. Para Heidegger, o passado é indisponível, a experiência vivida não é objetivável, e quando a historiografia a narra, a “vulgariza”, a “banaliza”. Não se pode conhecer o passado pelos vestígios, pelas coisas-vestígios não se reconstitui a passividade do ser. A partir dos vestígios, o-que-não-é-mais, o mundo ao qual estas coisas pertenceram, não é apreensível como tendo sido. “Coisas” não expressam o ter sido. A historiografia pertence ao tempo vulgar, não coincide e não resgata o tempo autêntico da inquietude do ser-aí (*dasein*). (Ricoeur, 2003)

Em defesa dos historiadores, Ricoeur discorda de Heidegger: é a experiência da finitude que exige a operação historiográfica. A historiografia é uma forma de enfrentamento da finitude/morte, na medida em que realiza o “dever de memória” e resgata a dívida com o outro passado. Ricoeur sustenta que o passado foi um presente-passado, um tendo-sido vivo, que exige a fidelidade do conhecimento histórico. Por um lado, o historiador trata dos mortos do passado, a história mostra o desaparecimento de homens vivos. Mesmo a história estrutural trata da morte, porque falar do anonimato das massas não elimina o fato de que cada indivíduo morre. A operação histórica é um “ato de sepultamento”, um trabalho de perda e luto, um discurso sobre o “presente que falta”, sobre “a voz que não se ouvirá mais”, sobre o “rosto que desapareceu”. Diz a tradição que um homem insepulto não gozará jamais da paz eterna. O historiador dá voz, faz falar os mortos. A linguagem sobre a perda é a morte pacificada e a operação histórica é um face a face com a morte, o trabalho do historiador é um “trabalho de memória”, um “trabalho de luto”. A história articula o silêncio diante da finitude, dá sentido à experiência, e, escrevendo, sepulta na cultura histórica os homens desaparecidos. A historiografia é um gesto de carinho e respeito pelos antepassados: registra o seu desaparecimento, lembra-os, guarda-os, mantendo-os vivos na linguagem do presente. (Ricoeur, 2003)

Por outro lado, o historiador não trata só dos mortos, aos quais dá sepultura. Ao pacificar a experiência da finitude, ao fazer o trabalho de luto, a historiografia é uma promessa de vida. Para a memória elaborada e liberada, os mortos continuam vivos e a historiografia faz a celebração da vida-vivida. O referente do historiador é o vivo passado, a história é a ciência dos vivos, aborda os mortos quando foram vivos no presente-passado. O historiador é o homem da retrospectiva: repensa o que foi pensado, recria o que foi feito, redesenha e analisa trajetórias, itinerários. Os vivos do passado agiam, tinham a capacidade de produzir vínculo social e identidades. O ponto de vista historiográfico é um “choque em retorno” do futuro sobre o passado. O historiador retorna ao presente-passado, pois sabe que aqueles homens tinham expectativas, previsões, desejos, temores e projetos. A operação historiográfica não pode ser cega às possibilidades não realizadas do passado, o seu objetivo é dizer a verdade e resgatar a dívida com os antepassados. O historiador é o mediador, o intermediário, que viabiliza um diálogo impossível entre os homens do presente e os homens do passado, que, para ele, são vivos ainda. Lembrando Benjamin, com a operação historiográfica, que, em

Ricoeur, restabelece a articulação entre história-problema e narrativa (“a história sempre foi narrativa”), o historiador é como o “anjo da história” (quadro de Klee) que conseguiu retornar... e leva com ele o leitor-cidadão, que vai se apropriar/ressignificar a sua interpretação do passado e, aplicando-a ao seu mundo presente, transformá-lo. (Ricoeur, 2003; Benjamin, 1985; Reis, 2010)

3. CONCLUSÃO.

Para concluir, daremos um exemplo para demonstrar o lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica: a análise da escravidão brasileira. Haveria uma “verdade objetiva”, positiva, empírica, extraída diretamente das fontes, que impediria qualquer divergência? Não, a cada presente, a imagem, o sentido, o significado, a “verdade” da escravidão brasileira mudou. A diferença de análises é impressionante! Ficamos perplexos e nos perguntamos: seriam os mesmos temas, as mesmas fontes primárias, seria o mesmo passado escravista brasileiro? Isso demonstra que é preciso ser um historiador muito despreparado para afirmar que “a questão teórico-metodológico permanece na introdução”, como frequentemente se ouve. Ela é o olhar que sustenta, que estrutura, que dá sentido à pesquisa do princípio ao fim. Vamos mostrar três momentos históricos e historiográficos que abordaram a escravidão em perspectivas teórico-metodológicas diferentes.

Nos anos 1930/40, a historiografia viveu sob um regime de historicidade passadista, nostálgico. A crise das oligarquias fez com que as relações entre senhores e escravos fossem interpretadas de modo a permitir, no presente, uma aproximação dessas elites em crise com a população ex-escrava. O senhor de engenho se representava, agora, como bom, paternal, generoso, afável, democrático. G. Freyre, o expoente dessa historiografia, identificou patriarcalismo e paternalismo e ofereceu a imagem de uma escravidão amena, suave, humana. Para ele, no Brasil, ao contrário do sul dos EUA, a escravidão foi amena, suave, porque o senhor de engenho se miscigenou, se deixou civilizar pelo negro, porque a Coroa e a Igreja Católica protegeram os negros. Aqui, os libertos e mestiços não eram rejeitados e excluídos, porque o tipo especificamente brasileiro era o “moreno”. Freyre, empático com a elite em crise, fez o elogio da sua ação colonial-imperial, edulcorando-a, heroizando-a. O presente em crise, o passado foi descrito como glorioso, feliz, humanista, genial. A colonização brasileira foi

um sucesso! E esta interpretação inovadora era apresentada como “a verdadeira história da escravidão no Brasil: vejam a documentação!”. (Freyre, 1987)

Nos anos 1960/70, a historiografia brasileira viveu sob o regime de historicidade marxista-futurista: o historiador, empático com as lutas sociais do presente-futuro, via no passado o escravo rebelde e, ao contrário de Freyre, denunciava o passado escravista. A ênfase era sobre a violência que o escravo sofreu, a história brasileira era descrita como violenta e a tese nordestina da “democracia racial” era denunciada pelos historiadores do PCB e da USP como absurda: nunca houve democracia racial no Brasil! Para os historiadores e sociólogos do grupo de Florestan Fernandes, o escravo era oprimido e se transformou no presente em um ser amorfo, incapaz de se integrar à sociedade de classes. No presente, o proletariado brasileiro repercutia o passado escravo, um homem-mercadoria, sem qualidades humanas, que continuava a viver em péssimas condições de vida e de trabalho. Os negros eram comprados e vendidos como coisas e submetidos a um regime brutal. A sociedade era estratificada, sem possibilidade de mobilidade social. Os historiadores denunciavam a “coisificação do negro” e a associava à discriminação racial, hoje. Não houve benevolência na escravidão, a violência física era onipresente e quanto mais capitalista era a produção, mais brutal era a exploração senhorial. O mundo da cafeicultura foi mais violento do que o nordeste açucareiro. E esta interpretação original era “a verdadeira história da escravidão no Brasil: vejam a documentação!”. (Fernandes, 1987; Gorender, 1990)

Nos anos 1980/90, a historiografia mudou para o regime de historicidade presentista e temos uma nova interpretação da relação senhor-escravo no Brasil, a da “escravidão consensual”, onde os conceitos de “senhor bom e paternal” ou “senhor mau, violento”, tornaram-se inadequados. O ponto de vista do historiador é ainda tão generoso quanto o marxista, mas a sua empatia, agora, é com o escravo que nunca pegou em armas, que sofreu a escravidão e agia/reagia dentro de suas possibilidades. Ele compreende a posição deste escravo que não tinha meios de destruir a ordem escravista, que era obrigado a aceitá-la, a suportá-la, e até a dizer: “é a ordem ideal!”. O historiador não o despreza por isso: o escravo tinha de aceitar aquela realidade que não criara (*amor fati*) e dizer sim, para sobreviver ali. O historiador não exige que o escravo parecesse um herói, para ser considerado e respeitado como “sujeito”, “humano”, “sedento de liberdade”, um “combatente pela democracia”. O historiador não exige que o escravo se tornasse “vítima” e derramasse o seu sangue pelo futuro livre da

humanidade. Ele compreende que o escravo consentisse com a sua escravidão, que nunca a contestasse seriamente e mesmo assim o considera sujeito, humano e respeitável. E conclui: tudo o que se disse antes sobre a escravidão era só teoria, abstração, erro, mentira: eis “a verdadeira história da escravidão brasileira: vejam a documentação!” (Furtado, 2003; Lara, 1988)

Então, são três “verdades objetivas, “empíricas”, sobre a escravidão? As fontes primárias, tão exteriores e objetivas, poderiam oferecer verdades tão diferentes sobre o passado? Alguns historiadores, sobretudo os pós-89, trocam a palavra “verdade” por “verossimilhança”, querendo dizer que a narrativa que fazem da escravidão é muito mais “plausível”, “aceitável”, “próxima da realidade”. Ora, é a narrativa mais aceitável para o presente pós-89. As outras duas eram mais plausíveis para os anos 30/40 e 50/60. Na noção de “verossimilhança” é o presente que governa: aceita-se a descrição do passado mais familiar, mais reconhecível, menos “diferente”, o que é ferir mortalmente a definição da história como “estudo cientificamente conduzido das sociedades humanas no tempo”, em que “tempo” quer dizer “diferença temporal”, em que “passado” não significa o familiar, o verossimilhante, mas a alteridade do presente. Ou será que este passado-alteridade jamais existiu na historiografia, que sempre praticou o “pecado mortal” do anacronismo? Apesar dos diferentes historiadores da escravidão acreditarem que é a documentação (“vejam a documentação!”), não é a documentação que decide sobre essas três “verdades/verossimilhanças”, mas perspectivas teórico-metodológicas vitoriosas nos três presentes/contextos.

O nosso objetivo nesse artigo era demonstrar que, primeiro, a história é teoria, no sentido estrito: epistemologia, metodologia, gnosiologia, ontologia, ética, política, estética, lingüística, e só depois, e a partir de escolhas, decisões, definições, seleções, reflexões e construções teóricas, é crítica documental. Para nós, o lugar da teoria-metodologia é central na cultura histórica porque o nome “historiador” requer um adjetivo, dizer “eu sou historiador” não é suficiente para definir a sua identidade. O interlocutor perguntará: historiador de que tipo, de qual tendência, em que perspectiva? O historiador terá de se redefinir: sou historiador marxista-leninista ou marxista-thompsoniano, sou micro-historiador ginzburguiano ou reveliano, sou historiador estrutural braudeliano ou da 3ª geração, sou historiador positivista rankiano, sou historiador cultural empirista. Aliás, “empirismo” é uma teoria da história, é um conceito que define uma prática, é a escolha de uma atitude adotada pelo sujeito diante das

fontes. Toda obra histórica é uma “teoria” em movimento, implícita e realizada, mesmo quando não explicitada.

Enfim, fechando o círculo, voltando ao início: é comum também, e muito estranho, que historiadores tão importantes como Evaldo Cabral de Mello, Weber, Febvre, Bloch, Braudel, logo após minimizaram a importância da “questão teórico-metodológica”, afirmarem que são devedores de grandes teóricos/filósofos/sociólogos/antropólogos e tornarem-se agudos epistemólogos-metodólogos da história. Weber e os *Annales* tiveram uma importância e uma repercussão imensa, deram uma contribuição inestimável, que todos conhecem (ou deveriam) exatamente nesse domínio. Quanto a Ginzburg, o brilhante teórico-metodólogo da micro-história, ele mesmo sabe que a teoria-metodologia é uma “tomada de distância”, é uma “atitude reflexiva” em relação à prática concreta. Talvez seja por não assumirem essa “atitude crítica” que a prática concreta dos historiadores não tem sido tão adequada e vem sendo substituída por jornalistas, cineastas e outros profissionais. Quanto a Evaldo Cabral de Mello, apesar de ser diplomata e não um historiador de formação, para muitos historiadores brasileiros, tornou-se a referência teórico-metodológica atual da historiografia brasileira e, em “*Rubro Veio*”, admite a sua dívida com Cornelius Castoriadis pelo seu conceito de “imaginário social”.

Qual seria a sua hipótese, caro ouvinte/leitor, para essa posição contraditória de historiadores tão ilustres? Está longe de mim a pretensão de encerrar a polêmica com essa simples comunicação e até admito que seja possível que esteja equivocado, que esteja defendendo uma posição superada, talvez eu seja já um “dinossauro historiográfico”, daqueles que propõem discussões que não interessam mais a este presente cultural pós-1989. Por isso, estou curioso e atento, quero saber o que pensam os jovens historiadores da era pós-1989 sobre o lugar da teoria-metodologia na cultura histórica como ensino e pesquisa. (Mello, 2008; Weber, 1992)

Autor convidado em: 30/09/2011

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: *Obras Escolhidas*. SP : Brasiliense, 1985.
- BLOCH, Marc. *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien*. Paris : Armand Colin, 1974.
- BOURDÉ, G. e MARTIN, H. *As Escolas Históricas*. Mem Martins/Portugal : Europa-América, s/d.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. São Paulo : Bertrand, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. Personal Testimony. In: *The Journal of Modern History*, vol. 44, nº 4, Chicago/USA : The University of Chicago Press, december, 1972.
- BURKE, P. *A Escrita da História*. São Paulo : Unesp, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia*. Porto Alegre : Ed. da Universidade/UFRGS, 2002.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas*. Bauru/SP : Edusc, 2003a.
- DOSSE, François. *A História*. Bauru/SP, Edusc, 2003b.
- FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'Histoire*. Paris : Armand Colin, 1965.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987 [1974].
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro : Graal, 1979.
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. 25ª ed. Rio de Janeiro : J. Olimpio, 1987, [1933].
- FURET, François. *L'Atelier de l'Histoire*. Paris : Flammarion, 1982.
- FURTADO, Júnia. *Chica da Silva e o Contratador de Diamantes*. São Paulo : Cia das Letras, 2003.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de Força*. São Paulo : Cia das Letras, 2000.
- GORENDER, J. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo : Ática, 1990.
- HARTOG, François. *Regimes d'Historicité*. Paris : Seuil, 2003.
- HARTOG, François. *Évidence de l'Histoire. Ce que voient les historiens*. Paris : EHESS, 2005.
- LANGLOIS, Charles. E SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo : Renascença, 1946.
- LARA, Silvia. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

- LOPES, Marco Antônio; MUNHOZ, Sidney. *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo : Alameda, 2010.
- MALERBA, Jurandir. *Lições de História*. Rio de Janeiro: FGV, Porto Alegre : PUCRS, 2010.
- MALERBA, Jurandir. *Ensaio*. Londrina : Eduel, 2011.
- MALERBA, Jurandir (org.) *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto. 2006. 238pp.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Entrevista. O Acaso não Existe. In: SCWARCZ, Lilia Moritz. *Leituras Críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte : Editora UFMG; São Paulo : Perseu Abramo, 2008.
- POMIAN, Krzysztof. *Sur l'histoire*. Paris : Gallimard, 1999, (folio).
- PROST, A. *Douze Leçons sur l'Histoire*. Paris : Seuil : 1996.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales, a Inovação em História*. São Paulo : Paz e Terra, 2000.
- REIS, JC. Introdução. *Nouvelle Histoire e O Tempo Histórico, a Contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. 2ª ed. São Paulo : Annablume, 2008.
- REIS, José Carlos. *História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade, Verdade*. Rio de Janeiro : FGV, 2003.
- REIS, José Carlos. *O Desafio Historiográfico*. Rio de Janeiro : FGV, 2010.
- REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. 4ª ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2011.
- REIS, José Carlos. *História da "Consciência Histórica" Ocidental Contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur*. Belo Horizonte : Autêntica, 2011.
- REVEL, J. *Jogo de Escalas*. Rio de Janeiro : FGV, 2000.
- RICOEUR, PAUL, *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas : Unicamp, 2003.
- SIMIAND, François. *Método Histórico e Ciência Social*. Bauru/SP : Edusc, 2003.
- THOMPSON, E. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.
- WEBER, Max. *Estudos Críticos sobre a Lógica das Ciências da Cultura (Eduard Meyer). Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo : Cortez, 1992.